



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 4

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 4 / Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e Organização; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-305-7

DOI 10.22533/at.ed.057190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 4” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MARCAS DOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS E AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM EM UMA PRÁTICA DE ENSINO PROFISSIONAL	
Calinca Jordânia Pergher	
Lucas Billo Dias	
Thamille Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903041	
CAPÍTULO 2	11
AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS QUE NORMATIZAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO DOS/AS ACOLHIDOS/AS	
Daiane Lins da Silva Firino	
DOI 10.22533/at.ed.0571903042	
CAPÍTULO 3	23
AS POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DIDÁTICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Valdir Avelino de Paiva	
Luandson Luis da Silva	
Joel Nunes de Farias	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Marizete Soares de Oliveira Santos	
Hosana Souza de Farias	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
DOI 10.22533/at.ed.0571903043	
CAPÍTULO 4	32
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS CONCEPÇÕES NEOLIBERAIS	
Luandson Luis da Silva	
Joel Nunes de Farias	
Valdir Avelino de Paiva	
Elaine Cristina Meireles Silva	
Aldair Viana Silva de Alcaniz	
Marizete Soares de Oliveira Santos	
Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903044	
CAPÍTULO 5	42
AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA UMA VISÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Isis Nalba Albuquerque Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0571903045	

CAPÍTULO 6	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM, NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: O USO DO APLICATIVO “SILABANDO”, COMO RECURSO DIDÁTICO	
Mariana Oliveira de Oliveira Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903046	
CAPÍTULO 7	64
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	
Andreia Valeriano Figueredo Leandro Edilene Cristiano de Figueredo Valeriano Giovani Mendonça Lunardi Eliane Pozzebon	
DOI 10.22533/at.ed.0571903047	
CAPÍTULO 8	73
ATIVIDADES AQUÁTICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Weslley Alex da Silva Dionísio Mylli Ketwilly Ferreira dos Santos Amanda Aparecida de Lima Adriano Florêncio da Silva Pedro Lucena de Paula Carolina Lourenço Reis Quedas Dayana da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0571903048	
CAPÍTULO 9	85
ATIVIDADES RECREATIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA	
Evandro Jorge Souza Ribeiro Cabo Verde Lionela da Silva Corrêa Francianne Farias dos Santos João Otacilio Libardoni dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903049	
CAPÍTULO 10	97
AULAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NOS CONTEÚDOS DE DENSIDADE E MISTURAS	
João Victor Odilon da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030410	
CAPÍTULO 11	104
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ONLINE UTILIZADA EM AULAS PRESENCIAIS	
Daniela Veiga de Oliveira Najla Fouad Saghie Tiago Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.05719030411	

CAPÍTULO 12 113

AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE “LIXO” E “RESÍDUO” EM UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA DA CIDADE DE VERTENTES/PE

Euarda do Nascimento Serra Sêca
Paloma Lourenço Silveira de Araújo
Juliana Thais da Silva Amaral
Ana Paula Freitas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.05719030412

CAPÍTULO 13 124

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Cláudia Costa dos Santos
Camyla Silva da Costa
Ronaldo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.05719030413

CAPÍTULO 14 134

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO (ADEPE), UMA EXPERIÊNCIA INICIAL

Gresiel Ramos de Carvalho Souza

DOI 10.22533/at.ed.05719030414

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS ANOS FINAIS SOBRE A COLETA SELETIVA DE LIXO

Tamiris Alves Rocha
Dayane de Melo Barros
Marllyn Marques da Silva
Cristiane Maria da Conceição
Gilvania Luana da Rocha Silva Neves
Gerliny Bezerra de Oliveira
Jardielle de Lemos Silva
Danielle Feijó de Moura

DOI 10.22533/at.ed.05719030415

CAPÍTULO 16 149

AVALIAÇÃO ESCOLAR EM GRUPOS INTERATIVOS: UM ESTUDO TEÓRICO DE PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ÚLTIMOS ANOS

José dos Santos Ferreira
Leonardo Alcântara Alves

DOI 10.22533/at.ed.05719030416

CAPÍTULO 17 162

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE DIZEM OS GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM OS MELHORES RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE CORURUPE/ALAGOAS

Jucicleide Gomes Acioli

DOI 10.22533/at.ed.05719030417

CAPÍTULO 18	173
AVALIAÇÃO, REPETÊNCIA E JUÍZO PROFESSORAL: UM DIÁLOGO QUALI-QUANTI	
Maria de Lourdes Sá Earp Glauco da Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.05719030418	
CAPÍTULO 19	188
AVALIAÇÃO: PARA QUE TE QUERO? UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR	
Aline Dias Nascimento Rita de Cássia M. O. André	
DOI 10.22533/at.ed.05719030419	
CAPÍTULO 20	197
BIOMASSA DE BANANA VERDE: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COMO FERRAMENTA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL	
Bárbara Jardim Mariano Suzete Maria Micas Jardim Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.05719030420	
CAPÍTULO 21	202
BIOTECNOLOGIA: UTILIZAÇÃO DE MICRORGANISMOS PARA O PROCESSO DE BIORREMEDIAÇÃO EM AMBIENTES CONTAMINADOS - PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS	
Emília Mendes da Silva Santos Isabela Regina Alvares da Silva Lira Ariosto Afonso de Moraes Adriene Siqueira de Melo Maria Gracielly Lacerda de Abrantes	
DOI 10.22533/at.ed.05719030421	
CAPÍTULO 22	208
BRASIL – MOÇAMBIQUE, AFIRMANDO SINERGIA E RECONSTRUINDO IDENTIDADES PELA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO INTERNACIONAL ENTRE A UFRN E A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE	
Marília do Vale Góis Pacheco Medeiros Adir Luiz Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030422	
CAPÍTULO 23	219
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO ATÉ A EAD	
Joel Nunes de Farias Luandson Luis da Silva Valdir Avelino de Paiva Hosana Souza de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05719030423	

CAPÍTULO 24	231
CAMINHOS DA HISTÓRIA 2.0: UMA PROPOSTA DE USO DE JOGOS DIGITAIS NA SALA DE AULA	
Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias Mariana Oliveira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030424	
CAPÍTULO 25	240
CANTO DE MURO: UMA ABORDAGEM DE INVESTIGAÇÃO ZOOLOGICA NA OBRA DE CÂMARA CASCUDO	
Bruno de Paiva Rêgo Elineí Araújo-de-Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05719030425	
CAPÍTULO 26	251
CARACTERIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA LÓGICO-MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO IFRN <i>CAMPUS-MACAU</i>	
Marfisa Hyanchelle Cortez Costa Josivan Bonifácio Rocha de Almeida Micleydson Batista dos Santos João Batista Gomes Moreira Liliane Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030426	
CAPÍTULO 27	264
CASAIS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES	
Robson José de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.05719030427	
CAPÍTULO 28	273
COLEÇÕES BIOLÓGICAS: ALTERNATIVA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE BOTÂNICA	
Nadja Larice Simão de Lacerda Rivete Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05719030428	
CAPÍTULO 29	280
COMO SUPERAR AS DIFICULDADES DO ENSINO DE FÍSICA CONTEMPORÂNEO POR MEIO DE MÉTODOS DIFERENCIADOS	
Daiane Maria Medeiros da Silva Hérika Rafaella Soares da Silva Ana Maria Torres da Silva Regiane Marta Cassimiro de Farias Lidiane Maria Omena Silva Leão	
DOI 10.22533/at.ed.05719030429	

CAPÍTULO 30 287

COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVAS DO ENADE 2005 E 2008 DO GRUPO I:
COMPOSIÇÃO DAS HABILIDADES PELA TEORIA C.H.C

[Andreia Silva da Mata](#)

DOI 10.22533/at.ed.05719030430

CAPÍTULO 31 297

CONFRONTANDO AVALIAÇÕES SOB UMA VISÃO MULTICULTURAL:
EXPANDINDO PRÁTICAS QUE ELEVAM O CONHECIMENTO, NÃO QUE O
BLOQUEIAM

[Aldnir Farias da Silva Leão](#)

DOI 10.22533/at.ed.05719030431

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO ATÉ A EAD

Joel Nunes de Farias

Faculdade em Educação do Cariri Paraibano –
FECP
Santo Antônio - RN

Luandson Luis da Silva

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
João Pessoa - PB

Valdir Avelino de Paiva

Faculdade em Educação do Cariri Paraibano –
FECP
Santo Antônio - RN

Hosana Souza de Farias

Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Mamanguape - PB

Elaine Cristina Meireles Silva

Faculdade em Educação do Cariri Paraibano –
FECP
Santo Antônio - RN

Aldair Viana Silva de Alcaniz

Faculdade em Educação do Cariri Paraibano –
FECP
Santo Antônio - RN

Marizete Soares de Oliveira Santos

Faculdade em Educação do Cariri Paraibano –
FECP
Santo Antônio - RN

RESUMO: Este Artigo tem como objetivo principal trazer algumas concepções acerca da história da educação, levando em consideração

as políticas adotadas pelo estado brasileiro, a forma de gestão educacional no contexto da sua evolução ao longo dos tempos e dos povos até a EaD (Educação a Distância). O estudo buscou um apanhado histórico da educação e sua evolução e expansão no Brasil desde a época do Brasil colônia até os dias atuais. Usamos como base a pesquisa bibliográfica tomando como referência teorias relacionados ao tema dos seguintes autores: BOMENY, BORGES, GIOLO, entre outros. Buscando assim demonstrar os avanços e recuos das políticas públicas brasileira para educação. Bem como os questionamentos feitos como foram feitas as reformas educacionais no âmbito nacional e a evolução da modalidade da Educação a Distância. Utilizando recursos e proporcionando aos leitores temas relevantes ao título do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação; Estado Brasileiro; Reformas Educacionais; Educação a Distância.

ABSTRACT: This article has as main objective to bring some conceptions about the history of education, taking into account the policies adopted by the Brazilian State, the way of educational management in the context of its evolution over time and peoples up to EaD (Distance education). The study sought a history of education and its evolution and expansion in

Brazil since the time of colony to the present day. We used as a basis the bibliographic research taking as reference theories related to the theme of the following authors: Bomeny, BORGES, Giolo, among others. Seeking to demonstrate the advances and indents of the Brazilian public policies for education. As well as the questionings made as the educational reforms were made at the national level and the evolution of the modality of distance education. Using resources and providing readers with relevant themes about the title of this paper.

KEYWORDS: History of Education, Brazilian State, Educational reforms, Distance education.

INTRODUÇÃO

Ao falarmos História da Educação, precisamos entender que quem detém a forma organizacional é a figura do estado, pois mesmo que venha surgir tendências de cunho popular, o estado sempre traz para si essa organização.

Quando nos referimos a estado, precisamos para melhor compreensão retornamos aos primórdios da nossa história, no surgimento das comunidades gentílicas, até as organizações de estados como podemos destacar os Sumérios, os Persas, Babilônicos, e sobre tudo os Judeus, Gregos e Romanos entre tantos outros. Podemos ainda compreender que essa estrutura organizativa e de governo vai surgir da necessidade humana de organização.

Cada um dessas civilizações se organizou com a finalidade de enfrentamento dentro das disputas, disputas principalmente por dominação que seja de território ou de comércio.

Nesses estados primórdios, muitas vezes o Rei acumulava a autoridade administrativa, militar e religiosa. Os sacerdotes ou outras figuras da religião era o interlocutor entre o deus e os homens e em muitas dessas civilizações cabia também a eles à educação, que estava voltada para os princípios religiosos.

Desses povos antes citados, os Gregos e os Romanos deram mais liberdade para a educação, onde vão surgir os filósofos, que passaram a ensinar e debater com seus discípulos desde astronomia, medicina, história, matemática até a noção de estado e de governo, sendo o exemplo de professores que não estavam ligados à religião nem ao governo.

Essa forma de educação foi à base para a educação moderna dos dias de hoje. Muito embora, ao longo da nossa história essa educação sofreu as mais diversas mudanças, surgindo com a educação do núcleo familiar até ao sistema moderno que temos hoje.

No entanto, vale salientar que todas foram importantes em seu tempo, mesmo nas comunidades primitivas sem letramento nem códigos escritos, onde se dava a continuidade de conhecimento através dos relatos da vida do grupo de forma apenas orais até os novos meios de educação pelo sistema de tecnologia sem o contato físico

com os professores, apenas na forma virtual como funcional a educação à distância.

Vamos entender, sobretudo, que essa modalidade de educação surgiu da necessidade do ser humano em transmitir informações e formações referentes aos mais diversos temas, desde instrução de uma guerra até um enunciado governamental ou uma carta normativa.

As modalidades de ensino têm surgido da necessidade humana, pois é para esses que existe educação, para os seres irracionais, existem apenas adestramento. Então como ser pensante e protagonista da história nós seres humanos, temos evoluído em todos os ramos do saber e com a educação não tem sido diferente, e dessa evolução, surge às necessidades. Portanto é nesse contexto que surge a Educação a Distância, mesmo sem ser formal e oficial como hoje.

Portanto com a figura forte do estado, esse busca através de seus mecanismos, organizar de forma sistemática o processo educacional, daí surge à gestão pública nessa área administrativa, onde são criados normas e regulamentos na argumentação do bom funcionamento é nesse contexto buscamos descrever sobre o tema e para isso buscamos varias pesquisas bibliográficas e de Artigos referentes ao tema, como forma de aprimorar e aprofundar o conhecimento do tema pesquisado.

Mesmo assim, a nossa educação ainda continuou precária e um dos motivos da precariedade da educação e da saúde brasileira nesse período abordado se dar pela responsabilidade dessa demanda ser ofertada pelos estados membros, tirando a responsabilidade da união, conforme a Constituição de 1891, fator que se altera com apenas a partir de 1919 quando o Congresso cria o Departamento Nacional de Saúde Pública.

Como forma de facilitar o acesso à educação surge então a Educação a Distancia que tem causada uma grande discussão quanto a sua eficácia na vida acadêmica, e se de fato tem cumprido seu objetivo.

Nesse contexto buscamos transcórrer sua evolução histórica, desde os tempos primórdios até os dias de hoje e sua participação na vida acadêmica, bem como as discórdias existentes quanto sua eficácia na formação de professores.

Para isso buscamos varias pesquisas bibliográficas e de Artigos referentes ao tema, como forma de aprimorar e aprofundar o conhecimento do tema pesquisado.

Vamos entender, sobretudo, que essa modalidade de educação surgiu da necessidade do ser humano em transmitir informações e formações referentes aos mais diversos temas, desde instrução de uma guerra até um enunciado governamental ou uma carta normativa.

As modalidades de ensino têm surgido da necessidade humana, pois é para esses que existe educação, para os seres irracionais, existem apenas adestramento. Então como ser pensante e protagonista da história nós seres humanos, temos evoluído em todos os ramos do saber e com a educação não tem sido diferente, e dessa evolução, surge às necessidades. Portanto é nesse contexto que surge a Educação a Distância, mesmo sem ser formal e oficial como hoje.

Quando falamos em Educação a Distância na formação de professores, surge daí vários pontos a serem questionados, será que essa modalidade de educação realmente tem capacitado esses professores para a vida profissional em uma sala de aula? Qual realmente o objetivo desses cursos realizados nos polos bem longe das faculdades e do contato humano de alunos e professores? A quem realmente interessa essa modalidade de formação? Qual a participação do poder público nessa modalidade de educação?

São realmente muitas perguntas que tentaremos responder e outras que iremos fazer, pois talvez não se tenha resposta para todos os questionamentos a esse respeito.

O que de fato se tem notado são as verdadeiras fábricas de diplomas, principalmente pelo setor privado, onde pouco está preocupado com o futuro da nossa educação, interesses econômicos têm sido relevantes para essas verdadeiras empresas da educação.

Segundo GIOLO, (2008, p.1211-1234):

(...) A persistir a tendência que se acentua a cada dia, o Brasil poderá, no curto prazo, ver espaços universitários (os destinados às licenciaturas, por exemplo) sendo substituídos por polos de EaD, nos quais a movimentação de pessoas é pequena e o da cultura elaborada menor ainda.

Dai surgem os questionamentos quanto à nova tendência da nossa educação, porém tudo que é novo, digo novo para o nosso sistema de ensino, dessa forma, merece ser mais bem analisado para se ter uma compreensão aprofundada dessa abordagem.

PROCESSOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Nesse contexto buscaremos transcorrer sua evolução histórica, desde o Surgimento do Brasil até os dias de hoje, claro que de forma breve, pois é um tema de grande aprofundamento, que nesse trabalho não será capaz descrever no total, mas fica a dica para os próximos pesquisadores, belo tema palpitante que é.

A primeira educação trazida pelos brancos para o Brasil se deu com a chegada dos primeiros padres jesuítas, que traziam uma educação religiosa, com o objetivo da catequização dos nativos, nesse período criaram aldeamento e nesses núcleos de convivências religiosas ensinaram o português aos nativos.

Porém ainda era uma educação organizada pelo rei de Portugal, mas organizada pela igreja católica, porém não deixava de ser um sistema de educação com toda organização da Companhia de Jesus, que teria sido fundada do Inácio de Loyola, com essa finalidade.

A primeira interferência direta na educação no Brasil feita pelo rei de Portugal foi à reforma educacional do Marques de Pombal, quando se tornou primeiro ministro de Portugal, que naquele momento faz uma interferência na educação desenvolvida pelos

jesuítas, chegando mesmo expulsá-los do Brasil e de outras colônias portuguesas e a partir da ir começa se por em práticas o modelo de educação que Portugal queria para o Brasil.

Contudo podemos notar que os primeiros passos como nação na educação só tivemos com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil em 1808, onde se cria as primeiras escolas superiores e passa investir em educação para atender os filhos dos membros da Corte, pois nesse período chega ao Brasil cerca de quinze mil Portugueses e isso faz Dom João realizar os investimentos necessários para atendê-los, principalmente na educação.

Com a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves em 1815, as coisas começam a ter mudanças por aqui e na educação também não foi diferentes, o Brasil deixava de ser reconhecido como colônia e passava ao mesmo patamar de Portugal, com um diferencial, o Rei estava aqui.

É notório que a educação patrocinada pelo governo brasileiro, teve a serviços das camadas dominantes, onde as primeiras universidades que são criadas são as de direito, caso tivesse uma preocupação com a educação como um teria investido na formação de professores.

A nossa educação, no entanto passou por várias reformas, porém como bem cita BORGES (2003 p.130):

“Reformas da organização e da administração dos serviços educacionais também se tornaram um foco de atenção ante a necessidade de dar conta dos custos sociais do ajuste econômico em um contexto de severas restrições orçamentárias na maioria dos países em desenvolvimento” (BORGES, p.130).

Borges nesse contexto nos afirma que as reformas na educação não visavam à melhoria no atendimento aos alunos, mas na contenção de despesas, fruto dos ajustes econômicos que o Brasil passava como um dos países em desenvolvimento.

Porém não podemos esquecer-nos da luta de cientistas da pedagogia da década de 20 que contribuíram para o aprimoramento da nossa educação, que são destacados por BOMENY(1993, p.24):

Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Francisco Campos- os “cientistas da pedagogia”. (BOMENY, p.24).

Segundo BOMONY, esses saíram em caravanas pelo Brasil, buscando soluções para os problemas da educação Brasileira na década de 20, no entanto as poucas reformas que o governo passa a fazer são de cunho autoritário, não atendendo as expectativas desses desbravadores do saber educacional Brasileiro.

Dai surgem os questionamentos quanto às novas tendências da nossa educação, porém tudo que é novo, digo novo para o nosso sistema de ensino, dessa forma, merece ser mais bem analisado para se tiver uma compreensão aprofundada dessa

abordagem.

A GESTÃO DO ESTADO BRASILEIRO NA EDUCAÇÃO

A educação brasileira passa a ser vista como política pública a partir da de 1891, onde a atribuição do ensino primário era dos estados membros da federação, tendo uma total descentralização que de certa forma não fazia ter um bom funcionamento. Já na década de 20, principalmente a partir das caravanas dos cientistas da educação que surgem as reformas, com cita Helena Bomeny (1993, p.28):

“Nas primeiras décadas da república algumas iniciativas de regulamentar a educação acabaram sendo chamadas de reformas, e se tornaram de fato passos importantes na direção da institucionalização do campo da educação” (estudos históricos, volume 6, nº 11, 1993, p.28).

Claro que essas reformas ainda estavam longe de ser uma mudança profunda, mas deu início as transformações que a educação enfrentaria no Brasil ao longo de sua história. Contudo o ministério da educação só passa a ser criado em 1930 e nesse momento a saúde estava ligado à educação, sendo o Ministério da Educação e Saúde Pública, nota-se que não estava muito claro ao governo, o destino de nossa educação, mas já estava sendo institucionalizada.

Nós tivemos ao longo de nossa história várias Leis de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, e apenas nos atemos à última que é a Lei 9.394.

Com a aprovação da dessa nova LDB, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e com o (FUNDEF) Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, que foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de setembro de 1996 e regulamentado pela Lei nº 9.424, de dezembro de 1996 e pelo Decreto 2.264, de junho de 1997, onde juntava a exigência da LDB com a valorização do FUNDEF, fazendo com que os professores tidos como leigos passassem a buscar a qualquer custo sua qualificação, abriram então, as portas para os cursos de Pedagogias e com essas procuras surgem então à formação a distancia desses profissionais que precisavam se qualificar.

Essa exigência a época que se apresentava como uma solução para a nossa educação, forçou os professores a buscarem se qualificarem e por outro lado os cursos universitários passaram a ser mais acessíveis, pois para muito interessava apenas um diploma e para algumas universidades apenas o retorno financeiro.

Surgem a partir daí com mais veemência os cursos de extensão das universidades, sobretudo privadas. Também nesse contexto, a educação a distancia surge como uma das novas possibilidades para a formação continuada de professores é tanto que o próprio Governo Federal criou o PRO LICENCIATURA que traz os seguintes objetivos:

1. Formação teórica ampla e consistente, visão contextualizada dos conteúdos de

sua área de atuação, de forma a garantir segurança em seu trabalho e viabilizar o estabelecimento de parcerias com vistas ao desenvolvimento de ações e à produção interdisciplinar;

2. Formação ampla e consistente sobre educação e sobre princípios políticos e éticos pertinentes à profissão docente;

3. Compromisso ético e político com a promoção e o fortalecimento da cidadania;

4. Formação que permita entender a gestão democrática como instrumento para a mudança das relações de poder nas diversas instâncias do sistema educacional;

5. Domínio das tecnologias de informação e comunicação;

6. Frequente comunicação com pares e com instituições de ensino e de pesquisa, inclusive com professores e pesquisadores de Instituições de Ensino Superior;

7. Capacidade de se manter permanentemente atualizado tanto em questões educativas como as de sua área de conhecimento e da produção científica e cultural;

8. Visão clara sobre quem são seus alunos e o espaço cultural em que se encontram estudantes e escola;

9. Capacidade e segurança para migrar do papel de reprodutor de conhecimento produzido por terceiros para o de produtor de conhecimento, autor de seu projeto profissional e de bens culturais (incluindo propostas pedagógicas e materiais de apoio à educação);

10. Compreensão dos processos de aprendizagem de modo a ser capaz de trabalhar as diferenças individuais e necessidades especiais dos estudantes. (portal.mec.gov.br/pro-licenciatura).

Nesses dez pontos dos objetivos na formação dos professores pelo programa PRO LICENCIATURA, notamos o verdadeiro anseio que permeava na formação continuada dos professores, embora sabendo que visava atender uma exigência legal que seria a formação do professor em curso superior, trouxe sim para esses profissionais que não tiveram oportunidade de se qualificarem uma oportunidade importante.

Pela LDB, os Professores precisaria ter um curso superior na área de atuação profissional ou se já estivesse em trabalho sem ser formado teria um tempo de carência para se qualificarem, daí a importância desses cursos que foram surgindo com esse objetivo.

Assim a nossa educação segue entre avanços e recuos, isso mostra que ainda não temos uma clareza do que queremos em algum momento governos cria mecanismo que não resiste sequer ao mandato de outro governo.

Mudam-se os nomes dos programas, mais a essência continua a mesma, continuam com os mesmos vícios dos que foram substituídos e para atender uma parcela da sociedade na qualificação vão surgir o modelo de educação a distancia.

A EDUCAÇÃO A DISTANCIA NO BRASIL

No Brasil, assim como em outros países a Educação a Distância surge da necessidade de levar formação a pessoas em locais diversos da sede da instituição

de ensino e nesse sentido, os primeiros cursos eram feitos por correspondências onde o aluno recebia o material de estudo, fazia as tarefas e enviavam, tudo pelos correios, como exemplo dessa forma de educação têm o Instituto Universal Brasileiro.

Há relatos que a modalidade de educação a distância no Brasil vai surgir no ano de 1923 com a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, onde oferecia vários cursos, entre eles o de português, Francês e Literaturas.

Ainda pelo rádio no ano de 1934, também no Rio de Janeiro, foi criada a Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro.

No ano de 1939 surge em São Paulo o Instituto Monitor e no ano de 1941 é fundado o Instituto Universal Brasileiro, dessa forma a modalidade de educação a distância começava se expandir com material impresso e via correios.

Já a partir dos anos de 1970, começa uma nova fase da educação à distância no Brasil, agora além do material impresso que era usado via postagem, surgem o uso da fita cassete de vídeo e programas de televisão, surgem com a denominação de Telecurso.

Com a expansão da Internet no Brasil, surge então, a mais nova tendência da modalidade de educação à distância, agora com o uso dos computadores e uma comunicação em tempo real, dessa forma a facilidade de acesso tornou-se atrativa para mais pessoas ingressarem nessa modalidade de educação.

Antes da tecnologia da Internet os Institutos de Ensino a distância no Brasil estavam voltados para os cursos profissionalizantes, até então não se via a universidades oferecendo curso superior, nem havia preocupação do poder público para normatizar.

A normatização que temos hoje no Brasil é a nossa LDB de 1996 que diz no seu artigo 80 o seguinte:

Artigo 80: O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º. A educação à distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º. A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação à distância.

§ 3º. As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º. A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III- reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (LDB,1996)

Pela LDB, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no seu Artigo 80, deixa

claro que o Poder Público deverá incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, ainda diz que em todos os níveis de educação. Só que atualmente o maior interesse do setor privado por essa modalidade de educação tem se voltado para os Cursos Superiores, deixando de fora os outros segmentos.

Com o incentivo dado pelo Poder Público e a oportunidade de lucro na exploração desse setor da economia, muitas Instituições de Ensino entraram para essa nova modalidade de educação que atualmente é a que mais cresce no Brasil, onde de acordo com dados de 2013 já somava mais de um milhão de estudantes nos cursos de Bacharelados, Licenciaturas e Tecnologias. Respondendo assim a seguinte pergunta: A quem realmente interessa essa modalidade de formação?

No início o estado era o responsável pelos cursos superiores a distância, no entanto os setores privados passaram a ter uma maior penetração nessa área de educação, principalmente nos curso de Pedagogia, Bacharelados em Teologias e cursos tecnológicos, como bem afirma GIOLO (2008, p.1211-1234):

(...) Inicialmente conduzido pelas instituições públicas, esse processo teve, em seguida, a partir de 2002, a participação agressiva do setor privado.

Deste ponto de vista, nota-se claramente a mudança de foco das Instituições de Ensino, que mesmo não abandonando as turmas presenciais veem na Educação a distância, uma oportunidade de expansão da oferta de vagas nas instituições e de lucrar com isso.

Qual a participação do poder público nessa modalidade de educação?, respondendo a essa indagação vimos que na contra mão desse processo caminha o Poder Público com sua rede de educação, pois não conseguiu avançar muito nessa modalidade, a penas tendo em suas mãos o controle da regulamentação e da liberação dessas Instituições de Ensino, que mesmo assim sofre pressões desse setor para cada vez mais abrirem espaços.

Outra normatização da Educação a Distância se dar com o Decreto Nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, onde diz nos seu artigo 5º, parágrafo 4ª e incisos, o seguinte.

Decreto Nº 6.303,s artigo 5º, parágrafo 4ª,e incisos:

“Art. 5º

§ 4º

I- instruir e exarar parecer nos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições específico para oferta de educação superior a distância, promovendo as diligências necessárias;

II - instruir e decidir os processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores a distância, promovendo as diligências necessárias;

V- exercer a supervisão dos cursos de graduação e sequenciais a distância, no que se refere a sua área de atuação.”

Nesse decreto fica claro que cabe ao Poder Público Exarar nos pareceres de

credenciamento e reconhecimento de instituições específicas para oferta de educação superior a distância e ainda promovendo as diligências, sendo assim, mesmo que as instituições sejam privadas elas dependem do poder público para poder exercer a atividade educacional.

Ainda o Poder Público precisa decidir sobre a autorização, reconhecimento e renovação de conhecimento de cursos superiores à distância. Então não é de qualquer forma e nem qualquer instituição que pode criar cursos superiores de educação à distância, pois caso não siga essas orientações governamentais o curso não terá nenhuma validade e a instituição punida na forma da lei.

METODOLOGIA

A metodologia usada neste artigo foi à pesquisa bibliográfica dos autores já citados neste trabalho e legislação pertinente ao assunto de forma a servir de embasamento e nortear no tema em debate, fornecendo assim, uma visão do processo histórico da nossa educação bem como sua evolução e mudanças ao longo da história do Brasil. Começamos o artigo pelo levantamento do processo de organização das civilizações antigas para trazer uma compreensão do papel do estado na organização do estado e a força que o estado exerce sobre a educação.

RESULTADO E DISCURSÃO

A construção do artigo ocorreu por meios de análise e interpretação teórica sobre as mudanças da educação brasileira, dentro do processo histórico, mostrando desde o contexto da educação como ferramenta do estado, a reforma de Pombal em Portugal e suas ingerências no Brasil, tomamos como base a pesquisa bibliográfica, onde o foco principal foi abordar os aspectos de mudanças educacionais e as novas maneiras de compreender o cenário educacional brasileiro, principalmente com a introdução de novos métodos educacionais, onde, destaca entre eles a Educação a Distância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em tudo que se foi estudado para produção desse trabalho, os textos, artigos, documentos oficiais, temos apresentado a problemática da educação brasileira de forma simples, porém de forma precisa, apresentado sua trajetória das políticas públicas voltadas para a educação.

Não podemos de forma nenhuma concordar com essas dinâmicas que se tem levado a nossa educação, mas não podemos também negar que de certa forma houve alguns avanços embora em outros tempos notamos recuos, pois apresenta pontos positivos e pontos negativos, como bem já foi demonstrado nessa produção acadêmica.

Como ponto positivo está o aumento da oferta da educação, onde todos podem estudar, mesmo que seja até o ensino médio, porque a partir de ir para cursar o curso superior, surgem as dificuldades, principalmente para aqueles que moram nos lugares mais remotos e mais longe de um centro universitário.

Como ponto negativo, já descrevemos, falta de continuidade dos programas e projetos, onde cada governo que inovar, porém sem quase avançar, muda só a roupagem, mas o bojo é o mesmo.

Nesse olhar crítico para essa temática, notamos que essa situação está longe de ser resolvido. Porém uma tendência na educação que está em crescimento são os polos educacionais e a Educação a Distância, que essa sim veio para ficar, embora as instituições públicas não tenham avançadas muitos nessa seara, as Instituições de Ensino privadas cresceram e vão crescendo cada vez mais e a pressão ao governo tem sido cada vez mais acentuada para a liberação de novas universidades, onde os polos de ensino tem se expandido.

Muito temos ainda a aprender a cerca dessa modalidade de ensino, que mesmo sendo tão antiga coma as antigas civilizações, para nós ainda é novo e tem se massificado no meio acadêmico a pesar das críticas recebidas.

Como se observa os questionamentos quanto à formação de professores sem serem em aulas presenciais passa ser cada vez mais abordado, pois, enquanto esse profissionais fazem os cursos através da tecnologia sem o contato humano sem o desafio de uma sala de aula, ao terminar, depara com outra realidade que são as salas de aulas onde irão trabalhar.

Talvez com essa pouca explanação já tenha a resposta para a pergunta formulada no início desse Artigo: será que essa modalidade de educação realmente tem capacitado esses professores para a vida profissional em uma sala de aula?

Com a mudança na LDB introduzida pela Lei 13.415, de 2017, a exigência de ter um curso superior para lecionar deixa de existir, apenas determinar que tenham um notório saber e experiência profissional adquirida com a pratica de ensino, como podemos ver no artigo 61 da LDB e o novo Inciso IV:

“IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36.”

Voltamos então a admitir na educação pessoas que não tenham o curso de licenciatura, bastando à experiência e o notável saber, questões subjetivas que não determina como avaliar um profissional para atuar como professor voltou agora ao tempo antes da LDB, ou seja, ao que era antes de 1996, retrocesso na educação brasileira.

Porém como todos os modos de educação, existe uma proposta elaborada onde

são definidos os objetivos que se pretendem alcançar.

Não poderia de deixar de tratarmos nesse contexto da história da nossa educação a modalidade da Educação a Distância e com base em tudo que se foi estudado para produção desse trabalho, como antes já citados: textos, artigos, documentos oficiais, temos apresentado também a problemática da EaD de forma simples, porém de forma precisa, apresentado sua evolução dessa nova modalidade de ensino que contribuiu para o crescimento da quantidade de professores com curso superior.

Não podemos de forma nenhuma condenar a EaD, nem defendermos com firmeza, pois apresenta pontos positivos e pontos negativos, como bem já foi demonstrado nessa produção acadêmica.

Como ponto positivo está à qualificação dos professores, tido como leigos e as oportunidades para muitos terminarem um curso superior, principalmente aqueles nos lugares mais remotos e mais longe de um centro universitário.

Como ponto negativo, já descrevemos como bem diz GIOLO, os professores que são preparados através da EaD terão que enfrentar uma realidade diversa da vivida que é uma sala de aula com seus problemas reais, não sendo, uma sala virtual com a que concluiu o curso superior.

Nesse olhar crítico para essa temática, notamos que essa tendência na educação veio para ficar, embora as instituições públicas não tenham avançadas muitos nessa seara, as Instituições de Ensino privadas cresceram e vão crescendo cada vez mais e a pressão ao governo tem sido cada vez mais acentuada para a liberação de novas universidades, onde os polos de ensino tem se expandido.

Muito temos ainda a aprender a cerca dessa modalidade de ensino, que mesmo sendo tão antiga coma as antigas civilizações, para nós ainda é novo e tem se massificado no meio acadêmico a pesar das críticas recebidas.

Porém para concluir, a história da educação brasileira, merece ser analisada com mais profundidade, por ser um tema relevante para o aprimoramento de conhecimento teórico de tudo que norteia a nossa educação.

REFERÊNCIAS

BOMENY, Helena. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.6, nº 11, 1993, p.24 - 39.

BORGES, André. **Revista Brasileira de Ciências** - vol. 18, nº 15 p.125 - 217.

GIOLO, Jaime. **A educação a Distância e a Formação de Professores**. Educ. Soc., Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União Número 9394/96, 20 de dezembro de. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

BRASIL. **Regulamento do art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 2007. Portal.mec.gov.br/pro-licenciatura

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União Número 9394/96, 20 de dezembro de. Brasília: Imprensa Oficial, 1996.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-305-7

